



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

<b>PARECER JURÍDICO/DICOM/2021</b>
<b>PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 009/2019 – TP</b>
<b>CONTRATO: Nº 20190240</b>
<b>ASSUNTO: ADITIVO DE VALOR - SUPRESSÃO</b>
<b>INTERESSADOS: PMI e W R P MARQUES EIRELI</b>

I- Trata-se, o presente, de procedimento de TP sob nº 009/2019 que culminou na contratação da empresa W R P MARQUES EIRELI.

II- Consoante Memo. Nº 319/2021, Ofício SEMINFRA Nº 123/2021, Justificativa, Justificativa Técnica, Ofício 102/2021, Planilha orçamentária, Ordem de Serviço nº 021/2019, Termo Aditivo ao Contrato de Repasse, E-mail e Contrato nº 20190240, foi solicitado aditivo de supressão do item 1.7.2. – PLACA DE INAUGURAÇÃO METÁLICA 40 CM X 60 CM.

III- Nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei de Licitações, veio o procedimento, para emissão de parecer prévio.

Ressalte-se, primeiramente, que não cabe a este Procurador a análise do mérito administrativo (conveniência, oportunidade de sua realização), conduta que recai sobre a pessoa do Administrador Público – o que já foi externado com a Autorização para Aditivo, cabendo tão somente a análise dos aspectos jurídicos-formais do instrumento contratual que visa implementar.

IV- O cerne da questão repousa na possibilidade de realização de um 1º Termo de Aditivo de supressão ao Contrato nº 20190240.

No que concerne ao acréscimo em tela, o mesmo está amparado pelo §2º, II, do Art. 65 da Lei 8.666/93 que permite a supressão na margem superior a 25% (vinte e cinco por cento). Portando encontra-se em condições de ser aditivado.

Ademais, o Contrato 20190240 autoriza a alteração do mesmo. Neste caso, demonstra a necessidade de aditamento de valor.

V- Demonstrada a possibilidade de realização do Termo de Aditivo, passemos, por fim, à análise de regularidade de sua forma, o que se denota da Minuta do 1º Termo de aditivo que segue o presente.

Satisfeito está o caput do artigo 60, da Lei 8.666/93 que dispõe:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

"Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem".


Ademais, consoante se infere do art. 61 da Lei Geral de Licitações, todos os requisitos ali mencionados foram satisfeitos: constam expressos os nomes das partes (Prefeitura Municipal de Itaituba e W R P MARQUES EIRELI), consta ainda a finalidade (realização do 1º Termo de Aditivo), o ato, que autorizou sua lavratura (Contrato 20190240), número do processo licitatório (TP nº 009/2019) e, finalmente, a sujeição à Lei e as cláusulas contratuais.

**VI-** Isto posto considerando a toda documentação e justificativa apresentada e os preceitos legais relativos à questão constata-se a possibilidade de realização do 1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 20190240, visando a supressão em preço.

Parecer não vinculante, meramente opinativo.

Salvo melhor juízo, é como entendemos.

ITAITUBA - PA, 27 de dezembro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**Atemistokhles A. de Sousa**  
Procurador Jurídico Municipal  
**OAB/PA nº 9.964**